

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 563.210 - MG (2020/0045299-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**REQUERENTE** : CRISTINA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : BIANCA DE MORAIS FARIA - MG170022  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 483/487, por meio da qual o então Relator, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, indeferiu a liminar pretendida neste *writ*.

Instado (fl. 501), aceitei a prevenção (fl. 503).

Em apertada síntese, alega-se: *mediante a juntada da Portaria expedida pelo TJMG, e recomendação do CNJ, bem como a situação de saúde pública gerada pela pandemia do coronavírus, em razão da paciente encontrar presa cautelarmente em período superior a 90 dias, diga-se de passagem, cerca de 5 meses, sem qualquer revisão judicial sobre a necessidade de manutenção da prisão provisória, inclusive, estando a ação penal ainda no seu curso incial* (fls. 518/519).

Requer-se a concessão de liminar para que a paciente, ora requerente, seja colocada em liberdade.

É o relatório.

O pedido de liberdade em decorrência da pandemia do coronavírus deve ser analisado pelo Magistrado de primeiro grau, sendo vedada a pretendida supressão de instância.

É cediço, ainda, que os fundamentos da prisão cautelar podem ser reexaminados pelo Magistrado, que deve, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

# Superior Tribunal de Justiça

Em tempo, rejeitos os embargos de declaração de fls. 491/499, porquanto inexistentes omissão, contradição ou erro material no *decisum* de fls. 483/487.

Com efeito, oportuna a transcrição, no que interessa, do aludido *decisum* (fls. 484/485 - grifo nosso):

[...] No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Inicialmente, é de se notar que a tese de insuficiência das provas de autoria e materialidade quanto ao tipo penal imputado consiste em alegação de inocência, a qual não encontra espaço de análise na estreita via do *habeas corpus* ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório.

Com efeito, segundo o STF, "*não se admite no habeas corpus a análise aprofundada de fatos e provas, a fim de se verificar a inocência do Paciente*" (HC n. 115.116/RJ, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 16/09/2014, DJe 17/11/2014).

Também é o entendimento desta Corte que "reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva acarreta, inevitavelmente, aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, sendo impróprio na via do *habeas corpus*" (RHC n. 119.441/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 07/11/2019, DJe 03/12/2019).

Quanto ao outro questionamento, o Tribunal de origem considerou relevante a gravidade concreta do delito, evidenciada pelas circunstâncias do flagrante, quando foram apreendidos **22,76 g de maconha, 1.000,5 g de haxixe, 8,84 g de cocaína e 20,26 g de crack**, além da periculosidade social da acusada, porquanto seria integrante de organização criminosa e teria envolvido seu filho no tráfico, conforme se depreende do seguinte trecho transcrito do acórdão (fls. 32/34):

[...]

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator